

CONSELHO REGULADOR
DELIBERAÇÃO N.º 43/CR-ARC/2026

de 30 de junho

**QUE APROVA O RELATÓRIO ANUAL DE PLURALISMO
POLÍTICO-PARTIDÁRIO DA ARC, REFERENTE AO ANO DE 2025**

Cidade da Praia, 30 de junho de 2026

CONSELHO REGULADOR
DELIBERAÇÃO N.º 43/CR-ARC/2026
de 30 de junho

ASSUNTO: Relatório Anual de Pluralismo Político-partidário da ARC, referente ao ano de 2025

I- PREÂMBULO

À Autoridade Reguladora para a Comunicação Social, abreviadamente designada por ARC, enquanto autoridade administrativa independente com assento constitucional, cabe assegurar a regulação dos meios de comunicação social, garantir a sua independência perante o poder político e económico, zelar pelo rigor informativo, o pluralismo de expressão e confronto de correntes de opinião, garantir o respeito pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais, bem assim pelo cumprimento do Estatuto do Jornalista e o exercício do direito de antena, de resposta e de réplica políticas (n.º 12 do Artigo 60.º da Constituição da República).

II- ENQUADRAMENTO LEGAL

Regida pela Lei n.º 8/VIII/2011, de 29 de dezembro, alterada pela Lei n.º 106/IX/2020, de 14 de dezembro, que regula a organização, a composição, a competência e o funcionamento da ARC, e aprova os seus Estatutos, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do Artigo 72.º da mesma Lei, esta Autoridade Reguladora deve enviar à Assembleia Nacional, *“um relatório anual sobre o pluralismo político partidário, até 30 de junho.”*

III- DELIBERAÇÃO

Nestes termos e no uso da competência estabelecida na alínea d) do n.º 2 do Artigo 22.º dos Estatutos da ARC, o Conselho Regulador, reunido na sua 4.ª sessão extraordinária do ano de 2026, **DELIBERA:**

- Aprovar o Relatório Anual de Pluralismo Político-partidário, referente ao ano de 2025.
- Determinar o envio do documento à Assembleia Nacional, para o efeito e nos termos estabelecidos no n.º 2 do Artigo 72.º dos Estatutos da ARC.

Esta Deliberação foi aprovada por unanimidade dos membros do Conselho Regulador, na 4.ª reunião extraordinária, realizada no dia 30 de junho de 2026.

O Conselho Regulador,

Arminda Pereira de Barros, Presidente
Maria Augusta Évora Tavares Teixeira
Alfredo Henriques Mendes Dias Pereira
Jacinto José Araújo Estrela
Karine de Carvalho Andrade Ramos